



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

- 1.1. Tem-se como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação direta de empresa especializada em produção de eventos para a realização da “XXXV Semana Teixeira e Sousa”, em atendimento ao calendário oficial do Município de Cabo Frio, conforme Lei nº 1106/1991.

2. ÓRGÃO SOLICITANTE:

- 2.1. Secretaria Municipal de Cultura - SECULT

3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A Secretaria Municipal de Cultura, como forma de fomentar a cultura da cidade de Cabo Frio, promoverá a “XXXV Semana Teixeira e Sousa”, do dia 21 a 28 do mês de março, do ano corrente. O evento já faz parte do calendário oficial da cidade, instituído através da Lei Municipal nº 1106/1991 e, posteriormente, transformado em evento do calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei 6290 de 6 de julho de 2012. Tem como fundamento principal homenagear o escritor cabo-friense, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, primeiro romancista brasileiro. Assim, para melhor atender as necessidades da homenagem ao escritor foi criada a Lei nº 2619/2015 estabelecendo o “Programa Teixeira e Sousa Memória História e Literatura” objetivando a execução e implementação de medidas de preservação e promoção da obra e memória de Teixeira e Sousa.

3.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. A contratação consta do Planejamento Anual de Contratação, em cumprimento a Lei 14.133/2021.

3.4. A presente contratação direta de produção guarda estrita correlação e interdependência com as contratações artísticas, previstas para o evento, em processos distintos. A viabilização da XXXV Semana Teixeira e Sousa depende da sincronia entre produção/organização do evento e as demais contratações. Portanto, a celeridade na tramitação desta dispensa é condição sine qua non para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sob risco de inviabilizar as apresentações programadas por falta de suporte logístico adequado.

4. DA SOLUÇÃO:

4.1. O evento a ser realizado é uma atividade que consta no calendário oficial como data comemorativa do Município, objetivando a execução e implementação de medidas de preservação e promoção da obra e memória do escritor, bem como, fomentar e promover a cultura, tendo como eixo norteador a linguagem literária como forma de expressão, comunicação e criação. Por meio dele é promovido um dos principais eventos da cidade denominada “Semana Teixeira e Sousa”. A Semana contemplará ações e atividades como: palestras, exposições, lançamento de livros, apresentações artísticas e outras iniciativas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. /2026

Fl. _____

Rub. _____

valorizem a literatura nacional e a arte como um todo. A programação do evento abordará temas como: literatura; políticas antirracistas, língua portuguesa e a representação histórica de vozes marginalizadas e da arte periférica. Para tanto o tema central será “Teixeira e Sousa: literatura, memória negra e a construção do futuro”, tendo como base sua obra literária “Cornélia”, uma tragédia, que traz como eixo norteador a figura da mulher, seus enfrentamentos e como ainda, nos tempos atuais, pode ser vivenciado.

4.2. Por se tratar de serviço comum a melhor solução resultou na contratação de empresa especializada em produção de eventos para organizar e se responsabilizar pela perfeita execução do objeto contratual, por meio de **Dispensa Eletrônica**, conforme estabelece a Lei de Licitações nº 14.133/2021. Deve-se ressaltar que essa opção é mais eficaz para a Administração e economicamente mais viável e vantajosa.

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

5.1. A contratação será através de licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA, tendo por critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento no art. 75, inciso II e art.33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo observado ainda o Decreto Municipal nº 7074/23, que regulamenta a referida lei no âmbito municipal.

5.2. A escolha pelo menor preço justifica-se pelo princípio da economicidade, na promoção de resultados esperados com o menor custo, de acordo normas legais aplicáveis, conforme inciso VIII, caput e §1º, inciso X do art. 18, otimizando a gestão contratual e garantindo a economia de escala para o erário. Fundamentado no Art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o agrupamento dos itens em lote único justifica-se ainda pela necessidade de manter a unidade lógica da prestação dos serviços. O não parcelamento é essencial para evitar conflitos de execução entre diferentes fornecedores, garantindo que a Semana Teixeira e Sousa ocorra dentro dos padrões de qualidade e cronogramas estabelecidos.

6. DO MEMORIAL DESCRITIVO:

6.1. Detalhamento do objeto:

ITEM	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO
1	serviço	08 (dias)	Produção geral do evento (planejamento, organização, produção, execução) 8 dias Centro e Tamoios
2	serviço	02 (pessoas)	Mestres de Cerimônia caracterizados em vestimentas simbolizando o escritor Teixeira e Sousa
3	cachê	22	Escritores na praça (com livros publicados com temas relacionados à educação psicologia, antropologia, educação e patrimônio cultural) duração: 2h
4	serviço	03 (pessoas)	Equipe/Apoio (8dias) duração: 8h

6.2. Todos os detalhes que compõem os objetos presentes no **item 6.1**, encontram-se apontados no **ANEXO C**, deste Termo de Referência, e deverão ser considerados como complemento da tabela acima.



7. DO VALOR E PROPOSTA:

7.1. O custo estimado total da contratação será estimado pela Secretaria Adjunta de Compras e Licitação (ADCL), conforme custos resultantes da Pesquisa de Preços acostadas ao referido processo, o que não exime a necessidade do levantamento de valor apresentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7.2. A proposta deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá conter os seguintes elementos:

7.2.1. indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;

7.2.2. especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado, já inclusa todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2.3. declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de Referência, e do Edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO, na forma de **DISPENSA ELETRÔNICA**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.3. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração.

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de



fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. **Da Habilitação Jurídica:**

8.14.1. Cédula de Identidade do responsável Legal.

8.14.2. Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

8.14.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

8.14.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

8.14.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

8.14.2.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.14.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.14.3. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

8.14.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

8.15.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.15.6. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

8.15.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.16. **Da Qualificação Econômico-Financeira:**

8.16.1. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

8.17. **Das Declarações:**

8.17.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21**.

8.17.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal**.

8.18. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

9. DA EXECUÇÃO:

9.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente o cronograma do evento e ocorrer de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

forma tempestiva, garantindo que toda a programação, montagem e planejamento logístico estejam prontos na data do evento. O descumprimento dos prazos estipulados sujeitará a contratada às sanções legais por atraso ou inexecução contratual, conforme estipulado neste Termo de Referência.

9.2. O início da prestação dos serviços deverá acontecer após a emissão da Autorização de Fornecimento.

9.3. A prestação de serviço deverá ocorrer conforme todas as características previstas no **ANEXO C (CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS APRESENTADOS NO MEMORIAL DESCRITIVO -ITEM 6.1)**

9.4. A Contratada se responsabiliza pela boa qualidade dos serviços e da produção em geral, se comprometendo de imediato reparar, corrigir, remover, refazer, restituir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos meios empregados ou da execução.

9.5. A Contratada se responsabiliza por substituir os materiais/serviços não aprovados pela Contratante, caso não atendam às especificações técnicas e do projeto.

9.6. Competirá à Contratada substituir o funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, quando houver solicitação da Contratante. Se a prestação do serviço der origem a qualquer ação judicial, a Contratante não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

9.7. A Contratada deve executar, diariamente e ao final do serviço, limpeza dos locais, que deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação e uso.

9.8. Local e horário da prestação dos serviços:

9.12.1. Os serviços, para atendimento do evento, serão prestados conforme previsto no **ANEXO D – PROGRAMAÇÃO DA XXXV SEMANA TEIXEIRA E SOUSA.**

9.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

9.10. A CONTRATADA não poderá se abster da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.11. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto / serviço licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

9.12. A empresa deverá cumprir na íntegra as especificações constantes no Termo de Referência bem como proposta anexada aos autos e cumprindo o prazo estabelecido, devendo garantir a entrega do objeto, com a qualidade técnica exigida para o caso em apreço.

9.13. No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao serviço realizado, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura do responsável.

9.14. Toda logística para a entrega e eventual substituição dos materiais que integram o objeto da contratação no endereço informado, ficará integralmente por conta da CONTRATADA.

9.15. Todas as despesas relativas à execução do objeto serão de responsabilidade da empresa Contratada, incluindo:

9.19.1. Cachês escritores;

9.19.2. Pagamento serviço de produção, apoio e cerimonialista;



9.16. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10. DO PAGAMENTO:

10.1. Forma de Pagamento:

10.1.1. O pagamento será realizado em remessa única, após a entrega dos bens e/ou conclusão do serviço, de acordo com o objeto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

10.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.2. Prazo de Pagamento:

10.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal.

10.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

10.2.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

10.3. Condições de Pagamento:

10.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

10.3.2. As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, CNPJ: 14.912.168/0001-88**.

10.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita nota fiscal com o valor exato dimensionado.

10.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.

10.3.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da



regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.3.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

10.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4. **Critérios de Reajuste:**

10.4.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano.

10.4.2. Após o decurso desse prazo, admite-se o reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei 14.133/21.

10.4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11. DA GESTÃO DO CONTRATO:

11.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado no que couber.

11.2. A prestação dos serviços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

11.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



11.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.6. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada,

11.7. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, aplicados no que couber à presente contratação.

11.8. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.9. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.10. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.10.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11.11. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11.12. Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

11.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.2. A fiscalização da contratação decorrente do Termo de Referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela CONTRATANTE, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.

12.3. Conforme previsto no Documento de Formalização de Demanda (DFD), serão fiscais da prestação de serviço pretendida os servidores:

Jaqueline Brum Casañas Motta		Matrícula: 250401526
------------------------------	--	----------------------

Vivian Martins Silva dos Santos		Matrícula: 250401535
---------------------------------	--	----------------------

12.4. São atividades inerentes à fiscalização do contrato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

- 12.4.1. Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes;
- 12.4.2. Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;
- 12.4.3. Certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto, assim como as tabelas de publicação vigentes nos respectivos periódicos e seus horários de fechamento para envio de publicações;
- 12.4.4. Manter livro ou registro onde anotar todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;
- 12.4.5. Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- 12.4.6. Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA);
- 12.4.7. Atestar as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência;

12.5. Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação;

12.6. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

12.7. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Administração Pública dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

13.4. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução do serviço, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, à exigência de condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

13.6. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.



13.7. Aplicar a CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

13.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

13.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

13.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1. Realizar os serviços em conformidade com as especificações e quantidades deste instrumento.

14.1.2. Empregar na execução dos serviços, pessoal tecnicamente capacitado, em dia com as obrigações e habilitações legais, devidamente identificados.

14.1.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas demandas deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas.

14.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

14.1.5. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega dos bens e/ou prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

14.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens / serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá enviar a CONTRATANTE os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

14.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CONTRATANTE.

14.1.10. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

14.1.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

14.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE. Também deverá a CONTRATADA, atender os normativos, legais, infralegais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

15. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:

15.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA, sob pena de rescisão contratual:

15.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

15.1.2. A veiculação de publicidade acerca do mesmo, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

15.1.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

15.1.4. Não é permitida a participação de consórcios, com base na análise de que a participação isolada de empresas é suficiente para atender a singularidade do objeto contratado.

15.1.5. Interromper a execução dos serviços sob alegação de impedimento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

16.1. A contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho



profissional competente, quando for o caso.

16.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

16.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto CONTRATADO, dentre outros documentos.

16.2. O fornecedor poderá ainda utilizar o disposto no art. 124 do Decreto Municipal nº 7074/2023, para apresentar outras formas de comprovação.

17. DA DECLARAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000:

17.1. Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, segue no **ANEXO A**.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a)** Der causa à **inexecução parcial** do contrato que cause danos à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b)** Der causa à **inexecução total do contrato**;
- c)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f)** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- g)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - h)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - i)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - j)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - k)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Conforme disposto no Decreto Municipal Nº 7074/23, Art. 131 parágrafo único, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas todas as sanções cabíveis desde o Art. 156 da Lei 14.133/21, subsidiariamente a todas as regras de sanção da Legislação vigente e conforme exposto abaixo:

18.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

18.2.4. Multa:

- 1) moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, lei nº 14133/21).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, lei nº 14.133/21).

18.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____/2026

Fl. _____

Rub. _____

sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, lei nº 14133/21).

18.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, lei nº 14133/21).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. A inexecução do objeto deste TR, total ou parcialmente, poderá ensejar a **rescisão contratual**, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei 14.133/21, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

18.12. Os casos de **rescisão contratual** serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.13. A rescisão administrativa ou amigável será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Fiscal do Município (Decreto Nº 7225/24).

19.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão:	12 – Fundo Municipal de Cultura
Unidade:	001 – Fundo Municipal de Cultura
Código Natureza	13.392.0041.2277
Natureza da Despesa:	3.3.90.39.00.00
Fonte de Recurso:	1501
Ficha:	1291

20. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

20.1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

20.2. A rescisão unilateral do CONTRATO poderá ser determinada pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 138, inciso I da Lei nº 14.133/2021, com as consequências elencadas no art. 139 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência.

20.3. Constituem motivo para rescisão do CONTRATO, todos os Incisos constantes do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.5. A rescisão consensual será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____/2026


Fl. _____

Rub. _____

- 20.6. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a IV, VI, VII e IX do Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e V e parágrafo 2º do Art. 156, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos Incisos V e VIII do Art. 137, será observado o disposto no § 2º do Art. 138.
- 20.7. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ensejará a rescisão do Contrato a ser firmado com a CONTRATADA.
- 20.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 20.9. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 20.10. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a V do artigo 137 da Lei nº 4.133/2021, acarreta as consequências previstas no art. 156 do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

21. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

- 21.1. Termo de Referência elaborado segundo Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar.


Elaborador	Matrícula	
Adriana Siqueira Gonçalves Bomfim	1009965	 Documento assinado digitalmente ADRIANA SIQUEIRA GONCALVES BOMFIM Data: 06/03/2026 11:41:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

22. DA AUTORIZAÇÃO:

22.1 Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

22.2 Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

Cabo Frio, 06 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 CARLOS ERNESTO LOPES
Data: 06/03/2026 14:22:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ERNESTO LOPES
Secretário Municipal de Cultura
Matrícula: 601699



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____/2026

Fl. _____

Rub. _____

ANEXO - A

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, **CARLOS ERNESTO LOPES**, atualmente no cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Cultura**, Matrícula: **601699**, na qualidade de ordenador de despesas do **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a **Lei 14.133/21**, está incluída no Plano Plurianual 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma tem previsão orçamentaria e financeira e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de **2026**.

Órgão:	12 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade:	001 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
Código Natureza	13.392.0041.2277
Natureza da Despesa:	3.3.90.39.00.00
Fonte de Recurso:	1501
Ficha:	1291

Documento assinado digitalmente



CARLOS ERNESTO LOPES
Data: 06/03/2026 14:22:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ERNESTO LOPES
Secretário Municipal de Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

ANEXO - B

MEMORIAL DESCRITIVO

ITEM	UNIDADE	QTDE	DESCRIÇÃO
1	serviço	08 (dias)	Produção geral do evento (planejamento, organização, produção, execução) 8 dias Centro e Tamoios (2º Distrito)
2	serviço	02	Mestre de Cerimônia caracterizados em vestimentas simbolizando o escritor Teixeira e Sousa – duração 2h
3	cachê	22	Escritores na praça (com livros publicados com temas relacionados à educação psicologia, antropologia, educação e patrimônio cultural) duração: 2h
4	serviço	03 (pessoas)	Equipe/Apoio (8dias) duração: 8h



ANEXO - C

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS APRESENTADOS NO MEMORIAL DESCRITIVO
(ITEM 6.1)

1. **Produção geral do evento:** empresa responsável pela organização, planejamento e produção das atividades, assessoria técnica e operacional para montagem de palco, som, iluminação, organização de bastidores, agenda de apresentações, recepção de artistas e gestão de tempo; Coordenação geral da Semana Teixeira e Sousa (8 dias do evento: 21 a 28 de março);
2. **Cerimonialista:** 02 Mestres de Cerimônia caracterizados em vestimentas simbolizando o escritor Teixeira e Sousa nos 8 dias de evento. Duração 2h.
3. **Escritores:** com livros publicados com temas relacionados à educação, psicologia, antropologia, memória negra e patrimônio cultural, com conhecimento especializado na obra do romancista Teixeira e Sousa para promover a obra e memória do homenageado, em locais definidos pela Secretaria de Cultura.
4. **Equipe/Apoio:** suporte necessário para o desenvolvimento das atividades, montagem e desmontagem de equipamentos, organização de mesas e cadeiras, reposição de material. 03 Pessoas para os 8 (oito) dias do evento. Duração de trabalho: 8h



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

ANEXO - D

PROGRAMAÇÃO DA XXXV SEMANA TEIXEIRA E SOUSA; 21 A 28 DE MARÇO

Tema: "Teixeira e Sousa: Literatura, memória Negra e construção de futuro"

Dia 21 de março de 2026 - Sábado

Tema do Dia: 214 anos de Teixeira e Sousa: o que mudou?

- **Cerimônia de Abertura**

Solenidade com a presença das autoridades

Homenagem ao escritor cabofriense com apresentação do Projeto "Os Teixeiras" (esquete da biografia de Teixeira e Sousa)

Horário: 10:00 - 13:00

Local: Praça Porto Rocha - Busto do Teixeira e Sousa.

Cortejo com apresentação artística de Maracatu do busto até a Tenda principal.

- **Abertura da Feira Literária, com a presença dos escritores, alunos e público em geral**

Horário: 13:00

Público escolar/Geral

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

- **Movimento Negro está nas ruas**

Horário: 13:00 - 17:00

Público: ativistas de instituições de Movimento Negro em debate sobre escritores negros e invisibilidade de Teixeira e Sousa

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

- **Mesa de abertura (4 escritores e convidados) tema: 214 anos de Teixeira e Sousa: o que mudou?**

Horário: 17:00 - 19:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

- **Ato pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial**

Horário: 19h - 21:00

Local: Tenda Principal

Público Alvo: Ativistas dos Movimentos Negros localizados em Cabo Frio e Regiões

- **Show Musical com Samba de Raiz do Quilombo**

Dia 22 de março de 2025 - Domingo

Tema do Dia: Teixeira e a Feira - Tradição rural e Meio ambiente

- **Oficina de artes - pintura: "Pintando na Feira" com o artistas plásticos locais.**

Horário: 09:00 - 13 h

Local: Mercado Sebastião Lan

- **Roda de Conversa (2 escritor e convidados)- Falando sobre Teixeira**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

Horário: 10:00 - 12:00

Local: Mercado Sebastião Lan

Distribuição de Mudas (parceria com Secretaria Municipal do Meio Ambiente)

Oficina de Trança

Oficina de Forró

Dia 23 de março de 2026 - Segunda-feira

Tema do Dia: Cornélia e as Vozes Silenciadas

- **Projeto Os Teixeiras nas Escola**

Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação

Horário: 09:00 - 11:00

Local: Escolas da Rede Pública e Privada do Municípios.

- **Lançamento de Livros com escritores locais**

Mesa com a presença de 4 escritor e convidados - Tema: Cornélia e as Vozes

Silenciadas

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha -Tenda Principal

Cortejo de Maracatu com show de Tambor de Cumba

Dia 24 de março de 2026 - Terça-feira

Tema do Dia: A Literatura de Teixeira para a Identidade Nacional

- **Projeto Os Teixeiras (escola)**

Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação

Horário: 09:00 - 11:00

Local: Escolas da Rede Pública e Privada do Municípios.

- **Lançamento de Livros com escritores locais**

Mesa composta por 2 escritores e convidados: A Literatura de Teixeira para a Identidade Nacional

- **Apresentação “Os Teixeiras”**

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

Apresentação Cultural com Coletivo de Jongo e Memória Afrobrasileira

Dia 25 de março de 2025 - Quarta-feira

Tema do Dia: Cornélia nas Chamas da Fé

- **Projeto Os Teixeiras (escola)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação

Horário: 09:00 - 11:00

Local: Escolas da Rede Pública e Privada do Municípios.

- **Lançamento de Livros com escritores locais**

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

Mesa composta por 2 escritores e convidados : A Literatura de Teixeira para a Identidade Nacional

Apresentação “Os Teixeiras”

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

Apresentação show com Samba de Roda

Dia 26 de março de 2025 - Quinta-feira

Tema do Dia: Memória Negra e Patrimônio Imaterial

- **Projeto Os Teixeiras (escola)**

Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação

Horário: 09:00 - 11:00

Local: Escolas da Rede Pública e Privada do Municípios.

- **Lançamento de Livros com escritores locais**

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

Mesa composta por 2 escritores e convidados: Memória Negra e Patrimônio Imaterial
(convidados IPHAN, IBRAM, IMUPAC).

Apresentação “Os Teixeiras”

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha - Tenda Principal

Apresentação de Roda de Capoeira e Maculele

Dia 27 de março de 2026 - Sexta-feira

Tema do Dia: Reconhecimento de Teixeira e Sousa pelas Academias de Letras

- **Projeto Os Teixeiras (escola)**

Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação

Horário: 09:00 - 11:00

Local: Escolas da Rede Pública e Privada do Municípios.

- **Lançamento de Livros com escritores locais**

Horário: 18:00 - 20:00

Local: Praça Porto Rocha -Tenda Principal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. _____ /2026

Fl. _____

Rub. _____

Mesa composta por 2 escritores e convidados: Academias de Letras e Teixeira e Sousa

(membros das Academias de Letras de Cabo Frio ACL, ALACAF).

Apresentação “Os Teixeiras”

Horário: 17:00 - 19:00

Local: Tenda Principal - Praça Porto Rocha

Apresentação de Sarau

Horário: 19:00 – 21:00

Local: Praça Porto Rocha

Dia 28 de março de 2026 - Sábado

Tema do Dia: Encerramento Semana Teixeira e Sousa

Tamoios

Horário: 15:00

Local: Unapark.

- **Apresentação do Projeto Os Teixeiras**

Memória da Semana Teixeira e Sousa

- **Lançamento de Livro com 4 escritores e convidados**
- **Show musical chorinho**

Centro

- **Projeto Jovens Pianistas**
(Contrapartida da Lei Audir Blanc)

Horário: 16:00 - 18:00

Local: Caritas

- **Mostra Cabofriense de Artes Negras Abdias Nascimento**
(Contrapartida da Lei Paulo Gustavo)
 - **Apresentação artística**
Baile Charme no Calçadão
Horário: 18:00 - 22:00
Local: Palácio das Águias - Calçadão da Érico Coelho.
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

P.A. /2026

Fl. _____

Rub. _____

ANEXO - E

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ITEM	UNIDA DE	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	serviço	08 (dias)	Produção geral do evento (planejamento, organização, produção, execução) 8 dias Centro e Tamoios (2º Distrito)	R\$5331,51	R\$42.652,08
2	serviço	02	Mestre de Cerimônia caracterizados em vestimentas simbolizando o escritor Teixeira e Sousa – duração 2h	R\$409,40	R\$818,80
3	cachê	22	Escritores na praça (com livros publicados com temas relacionados à educação psicologia, antropologia, educação e patrimônio cultural) duração: 2h	R\$972,67	R\$21.398,74
4	serviço	03 (pessoas)	Equipe/Apoio (8dias) duração: 8h	R\$184,50	R\$553,50

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$65.423,12 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e doze centavos)
